

**COOPERATIVISMO NO BAIRRO VERGEL DO LAGO NA LAGOA
MUNDAÚ – MACEIÓ, ALAGOAS E A CRIAÇÃO DA
COOPERATIVA DE TRABALHO DAS MARISQUEIRAS
MULHERES GUERREIRAS (COOPMARIS)**

**COOPERATIVISM IN THE VERGEL DO LAGO
NEIGHBORHOOD IN LAGOA MUNDAÚ – MACEIÓ, ALAGOAS
AND THE CRATION OF WOMEN’S WORK COOPERATIVE
MULHERES GUERREIRAS (COOPMARIS)**

**COOPERATIVISMO EN EL BARRIO VERGEL DO LAGO EN LA
LAGUNA MUNDAÚ – MACEIÓ, ALAGOAS Y LA CREACIÓN DE
LA COOPERATIVA DE TRABAJO DE LAS PESCADORAS
MUJERES GUERRERAS (COOPMARIS)**

Ana Maria Rita Milani¹
ana.milani@feac.ufal.br

Rejane Soares de Oliveira²
rejaneoliveira024@gmail.com

RESUMO

Na última década, o mundo capitalista vivencia uma crise econômica global que repercute de forma deletéria nas condições sociais com aumento das populações excluídas. Por outro lado, há experimentos sociais reais que se apresentam como forma de superação de essas condições existentes e marcam uma nova práxis social que encontra na solidariedade a essência. O objetivo deste artigo é explicar como processo e autogestão e cooperativismo pode trazer melhores perspectivas para a Coopmaris na produção de sururu. Este trabalho é resultado da pesquisa instrumentada através da Incubadora de Tecnologia Social da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (ITES-FEAC) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Como resultado observado, o experimento coletivo da Coopmaris nos evidencia o avesso de uma sociedade regida pelo capital. Assim, o cooperativismo apresenta-se como alternativa de milhares de trabalhadores que buscam alterar suas condições de vida sob a forma de organização coletiva do trabalho nas mais diversas regiões.

Palavras chaves: Cooperativismo, Coopmaris, Alagoas.

¹ Doutora em Economia pela UFRGS. Professora Adjunta da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas (FEAC-UFAL). Professora permanente do Curso de Mestrado em Economia CMEA-UFAL. Coordenadora da Incubadora de Tecnologia Social (FEAC-UFAL).

² Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestranda do Curso de Mestrado em Economia CMEA-UFAL. Colaboradora da Incubadora de Tecnologia Social (FEAC-UFAL).

ABSTRACT

In the last decade, the capitalist world has been experiencing a global economic crisis that has a deleterious impact on social conditions with increase in excluded populations. On the other hand, there are real social experiments that present themselves as a way of overcoming these existing conditions and mark a new social praxis that finds the essence in solidarity. The purpose of this article is to explain how process and self-management and cooperativism can bring better perspectives for Coopmaris in the production of sururu. This work is the result of research instrumented through the Social Technology Incubator of the Faculty of Economics, Administration and Accounting (ITES-FEAC) at the Federal University of Alagoas (UFAL). As an observed result, Coopmaris' collective experiment shows us the reverse of a society governed by capital. Thus, cooperativism presents itself as an alternative for thousands of workers who seek to change their living conditions in the form of collective work organization in the most diverse regions.

Keys Words: cooperativism, Coopmaris, Alagoas.

RESUMEN

En la última década, el mundo capitalista ha estado viviendo una crisis económica global que tuvo repercusiones negativas en las condiciones sociales, con aumento de las poblaciones excluidas. Por otro lado, existen experimentos sociales reales que se presentan como una forma de superar estas condiciones existentes y marcar una nueva praxis social que encuentra su esencia en la solidaridad. El objetivo de este artículo es explicar cómo la autogestión y el cooperativismo pueden aportar mejores perspectivas para Coopmaris en la producción de “sururu”. Este trabajo es el resultado de una investigación instrumentada a través de la Incubadora de Tecnología Social de la Facultad de Economía, Administración y Contabilidad (ITES-FEAC) de la Universidad Federal de Alagoas (UFAL). Como resultado observado, el experimento colectivo de la Coopmaris nos muestra lo contrario de una sociedad gobernada por el capital. Así, el cooperativismo se presenta como una alternativa para miles de trabajadores que buscan cambiar sus condiciones de vida en forma de organización colectiva del trabajo en las más diversas regiones.

Palabras claves: cooperativismo, Coopmaris, Alagoas.

INTRODUÇÃO

Na última década, o mundo capitalista vivencia uma crise econômica global que repercute de forma deletéria nas condições sociais com aumento das populações excluídas. Por outro lado, há experimentos sociais reais que se apresentam como forma de superação de essas condições existentes e marcam uma nova práxis social que encontra na solidariedade a sua essência. Evidenciam, dessa forma, as contradições genéticas do capital: de um lado elevação imprevisível das forças produtivas e de outro a desnecessidade do trabalho assalariado. É nesse contexto que reemerge a organização social em cooperativas, como resposta as grandes contradições próprias do capitalismo, que por um lado geram crises e, por outro, movimentos buscando saídas alternativas e superação dessa situação.

A Cooperativa de Trabalho das Marisqueiras Mulheres Guerreiras (Coopmaris) é formada por 50 marisqueiras que trabalham na produção de sururu que é um alimento tipicamente alagoano, símbolo da identidade e da cultura. Encontrado no fundo das lagoas, na lama, o sururu é coberto por conchas escuras, que apresentam uma cor preta. A Copopmaris está localizada na beira da Lagoa Mundaú no bairro Vergel do Lago e ela se apresenta como uma alternativa para melhorar as condições de vida de seus cooperados através da organização coletiva do trabalho. Seus protagonistas diretos encontram-se pressionados, de um lado, pela vulnerabilidade social e crise estrutural do mercado de trabalho e, por outro lado, são motivados pela ação mobilizadora dos movimentos sociais, que procuram caminhos alternativos para a crise estrutural do trabalho assalariado e às formas de precarização.

O objetivo deste artigo é estudar como o processo da autogestão e do cooperativismo podem trazer melhores perspectivas para a Coopmaris na produção de sururu.

Este trabalho é resultado da pesquisa instrumentada através da Incubadora de Tecnologia Social da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (ITS-FEAC) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Essa pesquisa caracteriza-se como um processo interativo de (re) educação do trabalho para o trabalho cooperativo, unindo o “saber científico” ao “saber popular” na tentativa de transformação da prática cotidiana.

A metodologia pressupõe a interação teórico-prática entre os participantes e parceiros de modo a articular as ações e reflexões a partir das condições dadas. Trata-se da condução em que os diversos parceiros interagem a partir e das práticas em que estão envolvidos. Ou seja, o ponto de partida é sempre as condições reais e contraditórias dos próprios grupos. Sendo assim, a metodologia pode ser interpretada na concepção da pesquisa-ação, na qual o pesquisador deixa claro a relevância da prática e intervenção no processo de investigação.

Além desta introdução, a segunda seção apresentará o conceito de cooperativismo e autogestão que se apresenta como ponto de partida da Coopmaris, a qual procura reproduzir a sua existência na forma de cooperação e solidariedade. Na segunda seção, apresentaremos a caracterização da região não qual se encontra a cooperativa, assim como a cadeia produtiva do sururu. Na terceira seção, abordar-se-á a descrição das ações e levantamento da caracterização das cooperadas. Por último, as considerações finais.

COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: OS CAMINHOS DA AUTOGESTÃO

Podemos observar, ao longo da história da classe trabalhadora, que o cooperativismo esteve presente no processo de reprodução individual e social. Vários são os exemplos de experimentos históricos que ilustram como o cooperativismo foi implementado de forma efetiva, tais como: Charles Fourier (1772-1837), Saint Simon (1760-1825) e Robert Owen (1770-1858), entre outros. Esses autores acreditavam numa sociedade ideal, na qual as classes sociais viveriam em harmonia buscando o interesse comum. O cooperativismo surgiu na Europa Ocidental paralelamente com a revolução industrial, evidenciando as lutas dos trabalhadores contra as condições de exploração que nesse momento histórico se apresentavam. Pode se dizer, que o cooperativismo se inspira num ideário filósofo e empírico (uma práxis social) que tem como base o trabalho e a distribuição equitativa do excedente produtivo entre os trabalhadores. Sua ênfase está no aprimoramento e desenvolvimento humanos em suas dimensões sociais e culturais.

No Brasil, várias são as experiências de cooperativismo que aparecem semelhantes aos ideais europeus, mas foi no Governo Médici que criou o Decreto-Lei n. 5.764 de dezembro de 1971 que regulou seu funcionamento e constituiu a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), órgão que representa nacionalmente estas organizações. Já na década de 1990, no Governo Fernando Collor de Melo, começa a aparecer, como um resgate dos ideários solidários do cooperativismo europeu, um outro caráter do cooperativismo no Brasil, órgãos como o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e os PROGER (Programa de Geração de Emprego e Renda) urbano e rural, que incentivaram as experiências cooperativas e acentuaram seu caráter autogestionário e popular. Assim, surgem diferentes cooperativas, como as de produção, de comercialização, de trabalho e também a construção de redes de economia solidária que buscam construir intercâmbios entre estes experimentos que toma características que se voltam para o que se convencionou chamar de economia solidária (CULT, 2018). Nesse sentido, cabe ressaltar que a economia solidária se concretiza no final do século XX, com base em movimentos sociais, fábrica recuperadas o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) que buscam uma sociedade mais igualitária e justa

Na trajetória de superação das dificuldades enfrentadas no sistema capitalista a economia solidária se apresenta como um novo caminho, que transforma a realidade social e econômica, proporcionando trabalho e geração de renda. A economia solidária é pautada

na autogestão, na cooperação e na solidariedade. Assim sendo, os atores da economia solidária passam a ser agrupados em empreendimentos econômicos solidários (EES), os quais trabalham coletivamente e os membros se tornam sócios proprietários do empreendimento. Cada trabalhador tem o mesmo peso na tomada de decisões, no trabalho e também nos lucros, assim como define Singer (2002):

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. (SINGER, 2002. p 10)

Na visão de Singer (2002), no sistema capitalista estruturalmente competitivo e marcado pela desigualdade social, a economia solidária surge para proporcionar uma realidade mais igualitária e menos competitiva aos trabalhadores. A principal característica da economia solidária para Singer (2002) é a autogestão, nas palavras do autor “autogestão promete ser eficiente em tornar empresas solidárias, além de economicamente produtivas, centros de interação democráticos e igualitárias (em termos), que é o que seus sócios precisam” (SINGER, 2002. p. 23). Lima (2006) entende que a economia solidária não é exatamente um movimento social, mas uma nova forma de estruturar o trabalho e a geração de renda através da autogestão, tendo a produção como um movimento de resistência ao desemprego e a exclusão social. Neste sentido, a autogestão para Lima (2006) passa a representar a autonomia dos atores, pois o trabalho autogestionário eleva as condições de vida, de trabalho e de direitos sociais. Ou seja, a autogestão se transforma no ponto fundamental da organização do trabalho na economia solidária.

Tauille (2004) salienta que o surgimento da economia solidária se apresenta como expressão da criação de grande número de cooperativas urbanas, sejam de produção, trabalho, consumo ou crédito, dentro de um movimento entre a sociedade civil e as políticas públicas progressistas. Uma característica deste tipo de empreendimento é que seus atores estão engajados e interessados no desenvolvimento. Para sociedades com elevados índices de desocupação e baixo nível de renda, o grau de apoio institucional para esses empreendimentos torna-se fundamental, assim como, as e suas respectivas bases de fomento como educação, crédito, etc.

Para Grade (2010), a economia solidária se apresenta como um processo revolucionário dos homens produtores diretos, em sua práxis histórica determinada, sob o modo de produção capitalista que gera elementos para a superação de sua alienação. A

solidariedade aparece como forma de superação do capital e de suas categorias: salário e lucro. A solidariedade é um espaço transitório para a construção de uma nova forma de produção da vida. Concomitantemente a esta ideia, Luis Razeto (1990), argumenta que os grupos solidários funcionam com recursos escassos, técnicas rudimentares, baixa tecnologia, saber fragmentário e capacidade de gestão rudimentar ou intuitiva. No entanto, nesses grupos surge uma racionalidade diferente, que evidencia a força da solidariedade que combinada a esses poucos recursos potencializa os resultados obtidos. França Filho (2002) apresenta a economia solidária como um novo relacionamento entre economia e sociedade a partir de uma outra forma de regulação que permite a sustentação das formas de vida dos indivíduos em sociedade. Esse autor salienta que o termo “economia solidária” identifica uma série de experiências organizacionais numa nova dinâmica social.

No cooperativismo e a economia solidária, segundo Lima (2010), o trabalho é valorizado na seguinte perspectiva: pela autonomia e democratização que as cooperativas adotam ao serem autogestionária, acabando com a relação de subordinação do trabalho assalariado, transformando-se ao mesmo tempo proprietários, gestores e trabalhadores. Assim, o trabalhador passa a ser o responsável pela produção. Nascimento (2015, p.19) argumenta que “a autogestão é mais um “ideal” de democracia econômica e gestão coletiva que caracterizam um novo modo de produção”. A autogestão seria uma construção permanente das práticas do socialismo na que o poder está nas mãos dos trabalhadores.

Assim, a autogestão nas cooperativas ou nos empreendimentos de economia solidária fornece possibilidades de se apropriar dos meios de produção e, dessa forma, obter a possibilidade de geração de renda. O cooperativismo e a economia solidária é um caminho alternativo para muitos trabalhadores que enfrentam as mais diversas dificuldades da exclusão social que encontram, através do trabalho e das articulações que surgem do processo social da economia solidária, uma oportunidade de vivenciar novas experiências e garantir o sustento de suas famílias.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE DAS COMUNIDADES DA BEIRA DA LAGOA MUNDAÚ – MACEIÓ, ALAGOAS

Com uma área de 510.655km², a cidade de Maceió, capital do Estado de Alagoas, tem uma população estimada em 1.025.360 (estimativa, IBGE, 2020), distribuídos em 50 bairros.

A capital Maceió possui uma orla marítima atrativa com coqueirais e praias na área urbana que concentram grandes hotéis e atrações turísticas. Dentre os 50 bairros, encontra-se o Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba (CELMM). Situado numa área predominantemente de restinga, este complexo possui um espaço geográfico formado por depósitos arenosos, paralelos a linha da costa, constituente de diversas ilhas em sua formação (PEDROSA, MEDEIROA, NASCIMENTO & GALVÃO, 2017, P.176). A ação das marés permite a influência direta do mar até uma distância significativa da linha de costa, estendendo-se até, aproximadamente, 25 km continente adentro. A lagoa Mundaú tem 27 quilômetros quadrados e é formada pelo barramento da foz dos rios Mundaú e Paraíba do Meio, por deposição dos sedimentos marinhos e o conseqüente afogamento de seus leitos. A lagoa Manguaba, tem 42 quilômetros quadrados e constitui a região estuarina dos rios Paraíba do Meio e Sumaúma.

O CELMM abrange sete municípios: a) na lagoa Mundaú, estão Maceió, Rio Largo, Satuba, Santa Luzia do Norte e Coqueiro Seco e b) na lagoa Manguaba estão Marechal Deodoro e Pilar. Segundo Wanderley, Mendonça, Oliveira, Figueiredo, Fernandes, Batalha & Botero (2020) o CELMM é um dos ambientes mais representativos do litoral alagoano e apresenta um valor socioeconômico significativo para o estado de Alagoas. Assim, esses autores afirmam que o CELMM constitui uma importante fonte de sobrevivência para as populações que vivem em suas margens e dele retiram elevada porcentagem ou a totalidade do seu sustento.

No município de Maceió encontra-se a orla lagunar do Bairro do Vergel do Lago, na qual existe o trecho conhecido como Dique Estrada que se tornou num dos principais focos da proliferação de aglomerados subnormais. O surgimento desses aglomerados pode ser atribuído, em parte, a atividade da pesca artesanal de subsistência fortemente praticada na região que levou a construção destas moradias irregulares que constituem as favelas: Sururu de Capote, Torre, Muvuca e Mundaú. Grande parte da população que reside no local sobrevive em barracos improvisados construídos na maioria das vezes com madeira extraída de forma ilegal das áreas de mangues, cobertos com plásticos e lonas. Em geral, os barracos são dispostos de forma desordenada e os moradores ficam expostos diariamente a riscos de vida, como mostra a Figura 1.

Figura 1 - Avenida Senador Rui Palmeira - Orla Lagunar – Maceió/AL

Fonte: Araújo, 2018.

Pedrosa, Medeiros, Nascimento & Galvão (2017) argumentam que a ocupação em áreas de vulnerabilidade ocorre principalmente pelo alto custo de compra e venda imobiliária, sendo estas regiões extremamente afetadas em decorrência do despejo sem tratamento do esgoto. Além disso, existem outros tipos de poluição como esgoto doméstico, lixo urbano, agrotóxicos utilizados na agricultura e na indústria, queima, corte e aterro de manguezais, etc. Isto afeta a produtividade da atividade pesqueira, no entanto, a Lagoa Mundaú se destaca pela alta produção de sururu, molusco com fonte de proteínas de alto valor biológico e ácidos graxos. O sururu constitui importante fonte de renda e de alimento para a população local. Em 2014, o sururu foi considerado patrimônio imaterial do estado de Alagoas, ícone da identidade alagoana sendo referência na culinária, como também da cultura local, como por exemplo, a música, a literatura, etc. É considerado uma iguaria culinária e se tornou meio de subsistência das favelas em torno da Lagoa Mundaú. Nesse sentido, Antunes, Santos Silva & Brito (2018, p. 5) salienta:

A culinária típica no estado é composta por frutos do mar, peixes e camarões. O Sururu de Capote é um dos mais tradicionais, além de outros pratos, como a feijoada, as carnes de bode e carneiro (como a buchada), tapioca, cuscuz de milho, massa puba, pamonha, munguzá, canjica, pé-de-moque e a macaxeira com carne de sol.

Além de ser servido com frequência na mesa dos alagoanos, o sururu está presente nos cardápios de diversos restaurantes do litoral do estado. Na maioria das vezes é preparado ao molho de coco, fritada de sururu ou somente o famoso caldinho de sururu. O prato mais famoso é o “sururu do capote” onde o molusco é cozido inteiro e com casca, com temperos e leite de coco. A maior parte do sururu produzido nessas comunidades é exportada para a Bahia, muitas vezes, sem condições de transporte adequadas. A venda do sururu é realizada para restaurantes, feiras, centros de distribuição, ou diretamente, quando as marisqueiras vendem em bancas e nas residências do entorno da lagoa. A comercialização ainda sofre de grandes empecilhos com relação a produtividade da mesma, como por exemplo, a venda a atravessadores, falta de estrutura para venda e armazenagem, entre outros. Estima-se que as pessoas envolvidas na cadeia produtiva do sururu sejam aproximadamente 450 entre pescadores, marisqueiras, catadoras, cozinheiros e transportadores integrando a cadeia produtiva do sururu (IABS, 2013). Produzido em condições precárias, a renda do sururu é baixa, com alto grau de dependência de atravessadores que ditam os preços e, conseqüentemente, geram baixo retorno econômico.

A partir do trabalho extensão da Incubadora de Tecnologia Social da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (ITES-FEAC) da Universidade Federal de Alagoas podemos observar como se apresenta o processo produtivo da cadeia produtiva do sururu. A cadeia produtiva do sururu, tem características extrativistas. A quantidade de sururu extraído, segundo os moradores da região, depende das condições climáticas, a época do ano principalmente o período de chuvas no inverno e a medida da salinidade da água, devido mistura da água doce da lagoa com a água salgada do mar. Os trabalhadores enfrentam a rotina de trabalho no sururu sem o uso de equipamentos de proteção individual apropriados, encaram inadequações ergonômicas que são associadas ao processo por conta da má postura, sobrecarga física, movimentos repetitivos, lesões, inalação de fumaça e apneias contínuas, assim como a exposição e o contato com o ambiente insalubre. Assim, os trabalhadores podem desenvolver doenças ocupacionais que podem influenciar na qualidade de vida. (NEVES e ALMEIDA, 2017).

Quadro 1 - Figura 5 - Fluxograma da cadeia produtiva do Sururu



Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados primários.

Podemos descrever as diferentes fases do processo de produção de sururu através da observação da cadeia produtiva realizada pela ITS (FEAC-UFAL) no projeto de extensão com base de dados no ano 2019³. No Quadro 1 observamos cada uma das fases e a sequência delas.

Fase 1: (*extração*) A extração é feita ainda de madrugada, por volta da meia-noite, por pescadores da região que usam pequenas canoas para chegar até a parte adequada para encontrar o sururu. Através de diversos mergulhos, o sururu é coletado ainda com a lama e jogado na canoa. Para encher uma canoa, o pescador se submerge inúmeras vezes, tendo 20 segundos de apneia e, muitas vezes, sem uso de equipamentos especializados (NEVES; ALMEIDA, 2017). Em média cada canoa, carrega 32 latas, com 16 quilos de sururu cada. O pescador recebe R\$ 3 reais por lata. A atividade acaba acarretando problemas de saúde para os trabalhadores, além de cortes nas mãos, pés e em outras partes do corpo.

Fase 2: (pré-lavagem na lagoa) Ainda dentro das águas da Lagoa Mundaú, os pescadores realizam uma pré-lavagem, dividida em duas etapas, a primeira no local de extração, também chamada de “pedalagem” e outra na beira da lagoa. Na segunda etapa, os pescadores lavam os moluscos com as mãos e pés para tirar o excesso de lama. Muitas vezes, este procedimento

³ No ano 2020, como a chegada da pandemia todas as atividades foram prejudicadas pelas medidas de isolamento. Assim, os valores expostos aqui devem sofrer modificações, devido corresponder a 2019.

causa ferimentos ao corpo, principalmente nas mãos e nos pés. Alguns pescadores, tentam usar luvas durante o processo, entretanto as luvas rasgam, tendo uma durabilidade de apenas 15 dias.

Fase 3: (translado da lagoa para comunidade) Após a pré-lavagem nas águas da lagoa, o sururu é então lavado, ensacado e transportado, em pequenos carros de madeira, das canoas para as barracas da Comunidade Sururu de Capote, que ficam na margem da rodovia.

Fase 4: (despincagem) A despincagem é, frequentemente, a atividade que fica a cargo das mulheres da comunidade. Essa fase consiste em separar um tentáculo, comumente chamado de bisso, do molusco de forma manual (Coutinho et al. 2014). Para a execução da despincagem as marisqueiras ficam sentadas ou em pé por um longo período de tempo (cerca de oito horas). Como não há o uso de equipamentos de proteção apropriados, as mulheres comumente se deparam com ferimentos nas mãos, problemas por esforço repetitivo e de postura inadequada. As mulheres recebem em média pelo serviço três a cinco reais por lata e produzem cerca de quatro latas por dia.

Fase 5: (cozimento ou fervura do marisco para desprender da casca) Para facilitar a separação da carne da casca do molusco, chamado pelos pescadores de filé, o sururu é fervido em latas reutilizadas e em fogareiros improvisados sustentados com madeira e ferragem, processo que dura entre 7 e 10 minutos. A atividade é destinada aos homens e mulheres, que ficam expostos a fumaça durante toda a manhã, além de correr riscos de queimaduras e acidentes já que não são utilizados nenhum material de proteção.

Fase 6: Após a fervura, que serve para desolar o “file” do sururu da casca ou concha, a atividade volta para as mãos das mulheres, onde o molusco é peneirado, ainda quente, de forma artesanal com pequenas peneiras ou peneiras usadas na construção civil. O exercício é feito de forma repetitiva e improvisada. Conjuntamente a peneiração é feita uma espécie de limpeza preliminar, onde os trabalhadores catam do sururu peneirado pequenas sujeiras que não são retidas pela peneira. Todo esse processo é realizado em balcões de madeira forrados de lona, alguns trabalhadores conseguem construir balcões de alvenaria revestidos com cerâmica. Durante o processo de peneiração, acontece o descarte das cascas do sururu que, até o momento, não possui processo de coleta seletiva nem são reutilizadas em outra atividade. Elas são despejadas à margem da rodovia ou nos becos/vielas da comunidade sem nenhum tratamento, como pode-se observar na Figura 2.

Figura 2 - Cascas de sururu descartadas na rodovia

Fonte: Autores, 2018.

Fase 7: (Lavagem) Ainda nas bancadas e com auxílios de bacias plásticas, o sururu é novamente lavado, desta vez com água clara, visualmente límpida. Nesta etapa também são retirados resíduos que não foram anteriormente encontrados. A atividade também é feita de forma manual.

Fase 8: (Pesagem e embalagem) O sururu, ainda nas bancadas a beira da rodovia, é empacotado em embalagens plástica de um quilo. Algumas vezes são pesados em balanças domésticas. As embalagens das distintas barracas, são todas iguais. Alguns marisqueiros (as), embalam o sururu deixando-o preparado para a venda, outros embalam durante a venda, deixando o produto exposto nas bancadas. Os produtores apontam que isso é feito para o molusco respirar.

Fase 9: (A venda ou comercialização) Segundo Araújo (2008), a comercialização do sururu em Alagoas é realizada por uma rede complexa de pescadores, intermediários, atacadistas e varejistas, inclusive de outros estados. Uma rede com uma configuração semelhante a uma pirâmide, em que os pescadores se encontram na base e os demais se deslocam em direção ao topo. Isso se deve ao fato de que o setor pesqueiro extrativista se reproduz em situação precária que, em parte, pode se atribuir a falta ou ineficiência de políticas de estruturação, fomento e ordenamento do setor. A falta de infraestrutura para conservação e armazenamento do sururu limita a comercialização do mesmo pelos próprios pescadores

e(ou) beneficiadores, devido à alta e à rápida perecibilidade do produto, sendo necessária a presença de intermediários na comercialização. Muitas vezes esse mesmo produto é acondicionado sob refrigeração em embalagens específicas, que, na maioria das vezes, é realizado por terceiros, os chamados “intermediários”, em freezer e(ou) caixas de isopor contendo gelo. Então, o sururu é comercializado para mercados mais exigentes como supermercados e restaurantes.

Quadro 2 – Diferentes formas de venda do sururu

Consumidor a varejo	Consumidor a atacado	Atravessador
A venda acontece ainda nas barracas, o consumidor se dirige a elas ou está passando pelo local. O valor cobrado é R\$ 10,00 a R\$ 13,00.	A venda acontece em grande quantidade, acima de 10 quilos. É realizada por consumidores que tendem a levar os produtos para revender em outros locais, o preço varia entre R\$ 7,00 e R\$ 9,00.	Os atravessadores compram a maior parte da mercadoria, por R\$ 5,00 o quilo. Os produtores tendem a ter somente um atravessador, que chega a compra 500 quilos por semana.

Fonte: elaborado pelos autores.

Feitas estas considerações, na próxima seção realizaremos uma caracterização da cooperativa Coopmaris, considerando os conceitos de cooperativismo e autogestão expostos na primeira seção.

A COOPMARIS: SURGIMENTO E PERSPECTIVAS

Diante do exposto, podemos observar que o Bairro do Vergel do Lago possui uma ampla vulnerabilidade social que reflete nas condições precárias de moradia, falta de esgoto domiciliário e na precariedade também nas condições de trabalho. Com relação à produção do sururu existem vários problemas, falta de escoamento do sururu para o mercado, dependência da venda dos produtos para atravessadores, falta de organização do trabalho para aumento da produtividade., entre outros.

Entretanto, as marisqueiras começam sentir a necessidade de melhor se organizar para valorizar seu trabalho, surgindo a iniciativa da formação de uma cooperativa, como forma de “unir forças para produzir mais” nos dizeres delas. Assim, através da sensibilização de várias organizações da sociedade civil que são: a Visão Mundial, o Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu (CEASB), Incubadora de Tecnologia Social (FEAC-UFAL), Centro de Defesa dos Direitos Humanos- CEDECA Zumbi dos Palmares com o apoio do Ministério Público do Trabalho, desenvolveram a mobilização e a organização das marisqueiras para fundação de uma cooperativa de trabalho. No começo do ano 2018, foram realizadas oficinas de capacitação para a gestão e produção de qualidade, o fortalecimento da identidade, acesso e conquista de direitos, resultando na fundação da Cooperativa de Trabalho das Marisqueiras Mulheres Guerreiras – a Coopmaris, a qual já está formalizada. Foram executadas oficinas de comercialização e de produção com “boas práticas” sanitárias, focando no fortalecimento e do grupo, que diante das adversidades cotidianas precisaram de apoio e acompanhamento para geração de renda.

A Coopmaris hoje está formada por 50 mulheres marisqueiras que são oriundas das quatro favelas da lagoa no Bairro Vergel do Lago. No aspecto organizacional da cooperativa, foi decidido que uma representante das 4 comunidades da Beira da lagoa seria representante na direção. Nesse sentido, as decisões são tomadas de forma conjunta através das assembleias das cooperadas. Paralelamente à formação da cooperativa, realizaram-se gestões junto ao poder público sobre a necessidade de se ter um espaço para conseguir obter um trabalho decente na produção do sururu. Assim, a Prefeitura Municipal de Maceió cedeu um prédio para abrigar uma unidade de beneficiamento da cooperativa, o qual é considerado como uma conquista e que oferece um sentimento de esperança para o futuro da cooperativa. A colaboração que foi dada pelo Ministério Público do Trabalho em Alagoas (MPT) e o Tribunal Regional do Trabalho através de fundos para a reforma do prédio e instalação da unidade de beneficiamento trará resultados positivos tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista da organização da cooperativa. Dessa forma, no novo espaço, às margens da lagoa, serão criadas condições para produção em condições adequadas, com capacidade de estocagem, com a orientação da ADEAL no cumprimento das normas vigentes. A implantação da unidade de beneficiamento, da ampliação da produção e da capacidade de gestão da Coopmaris integram ainda um conjunto de ações a serem realizadas pelos parceiros visando um processo de incubação e acompanhamento contemplando com

vários eixos, como por exemplo, de direitos humanos, processos produtivos, gestão e administração financeira, comercialização, organização e liderança, etc.

Alguns dados socioeconômicos foram levantados e podemos caracterizar a cooperativa da seguinte forma: formada por 50 mulheres, como uma média etária de 40 anos, 80 % recebem bolsa família e possuem uma renda média de R\$ 300,-. Com a chegada da pandemia da Covid-19 e as medidas de isolamento para contenção da mesma, foram suspensas as atividades. O resultado obtido do projeto de pesquisa através das visitas de campo, oficinas, questionários aplicados, etc. foi transformado num diagnóstico da situação socioeconômica da cooperativa. No Quadro 2, fazemos a avaliação desse diagnóstico que nos permite identificar as características que poderíamos chamar de “positivas” no sentido que elas fortaleceriam o empreendimento e facilitariam o caminho para a seu desenvolvimento, como também, as limitações os pontos negativos.

Quadro 2: Diagnóstico de Pontos Positivos e Negativos

Pontos Positivos	Pontos Negativos
Cooperação entre as cooperadas	Falta de capital de giro
Mobilização	Baixa renda
Aprendizado	Comercialização dependente
Compromisso.	

Fonte: elaborados pelos autores.

O Quadro 2 mostra os “pontos positivos” e “pontos negativos”. Os primeiros podem ser interpretados como características inerentes a cooperativa que sustentam o trabalho e podem se transformar em suporte para uma perspectiva de futuro desenvolvimento. Os “pontos negativos” estão relacionados com as dificuldades de comercialização, a baixa renda produto a dificuldade com a comercialização e dependência dos atravessadores, entre outros. A identificação desses pontos surge a partir da pesquisa do projeto de extensão com as próprias mulheres, sendo elas a centralidade do processo de trabalho. Assim, essa forma própria de levar adiante a cooperativa faz emergir uma nova forma de entender a economia, ou como alguns autores denominam de outra economia. Nesse sentido é de vital importância estudar os limites do novo papel do Estado por meio da nova forma que adotam as políticas sociais, para que elas realmente possam provocar o desenvolvimento das forças produtivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que buscamos através dos experimentos do cooperativismo e da economia solidária é entender e apreender como os processos organizativos dos trabalhadores diretos tentam superar a exclusão social. As estratégias construídas pela classe trabalhadora estão passando pela promoção de novos padrões de desenvolvimento local e regional na viabilização de processos sustentáveis de crescimento econômico e distribuição de riqueza. Ganham centralidade formas de desenvolvimento sustentável e solidária. Estes novos conceitos vêm ocupando a agenda dos setores populares como caminhos alternativos para a construção de suas vidas e de distribuição de renda. O cooperativismo surge como uma via alternativa à lógica capitalista que tanto marginaliza as mulheres, sendo essa economia o espaço no qual é se concretiza a representação, a produção e a comercialização. Na Economia Solidária as mulheres são “acolhidas” como sendo espaço social.

Observamos que apesar da precariedade existe um ressurgir de outra consciência dos homens que indica que é necessário repensar as práticas sociais e econômicas, ao mesmo tempo em que abrem caminhos e possibilidades de mudança dessa sociedade. Na verdade, o experimento coletivo da Coopmaris nos evidencia o avesso de uma sociedade regida pelo capital. Assim, o cooperativismo apresenta-se como alternativa de milhares de trabalhadores que buscam alterar suas condições de vida sob a forma de organização coletiva do trabalho nas mais diversas regiões. Num contexto adverso, da precariedade do trabalho, da falta de moradia e saneamento, da baixa renda, etc. surgem experimentos sociais que, de forma contraditória ao capitalismo, mostram caminhos possíveis de produção e reprodução da vida. Esse caminho se vislumbra a através da autogestão que oferece a possibilidade de trabalhadoras excluídas encontram formas de valorização do trabalho.

É imprescindível que se construa um amplo e vigoroso projeto de desenvolvimento no Estado de Alagoas que considere estes experimentos e sua nova lógica. Embora esteja ainda em construção, evidencia a força do trabalho e da ação social como processo de mudança da sociedade. Há uma dinâmica em construção e que se bem conduzida pode desencadear caminhos organizativos e propositivos no campo das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, V.N.B.; SANTOS SILVA, J.; BRITO, M.N. O patrimônio cultural imaterial de Alagoas como estratégia de desenvolvimento territorial. *Revista Geosul*, V.33 n.59, p.45.69 dez. 2018.

ARAÚJO, A. A dinâmica da urbanização desordenada na favela Sururu de Capote: Segregação socioespacial e exclusão social. Dissertação (Mestrado em Geografia: Concentração, Organização Socioespacial Dinâmicas Territoriais.) - Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Maceió, 2018.

COUTINHO, M.K. et ali. *A Cada Lata: A Extração do Sururu na Lagoa Mundaú - Alagoas*. Maceió: IABS Editora, 2014.

FARIAS, B.M. C. Os sururuzeiros-capoeiristas: um estudo sobre as condições de trabalho dos marisqueiros na Lagoa Mundaú – Maceió. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia da Produção, Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Coppe, (p.137) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise e Dados*, Salvador, SEI/Governo da Bahia, v.12, n.1, p.9-19, jun. 2002.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Caderno CRH*, Quadrimestral, Salvador, v. 16, n. 39, p.181-211. 2003.

GRADE, M. As possibilidades revolucionárias hoje: solidariedade versus capital. In: Marco Aurélio Marques Ferreira; Magnus Luiz Emmendoerfer; Rodrigo Gava. (Org.). *Administração Pública, Gestão Social e Economia Solidária: avanços e desafios*. Viçosa (MG): Editora da UFV, p. 274-300, 2010.

LIMA, J.C. Trabalho informal, autogestionário e gênero. *Revista Sociedade e Cultura*, v. 9, n. 2, 2006.

LIMA, J. C. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho. *Dossiê Trabalho, Emprego e Precarização Social • Sociologias* 12 (25), Dez, 2010.

NASCIMENTO, C. A autogestão e o “novo cooperativismo” (Prefácio). In: Dickmann, I., & Dickmann, I. (Org.) *A questão da habitação popular* – Curitiba: Base Editorial, IBEP, 2015.

NEVES, S.L.C; ALMEIDA, J.D. Cadeia Produtiva Do Sururu: Levantamento De Demandas Relacionadas A Qualidade De Vida Dos Trabalhadores In: *Anais Avia! Semana de Design da UFAL*, 2ªedição, Maceió: Ed. Galoá, 2017.

PEDROSA, A.N.; MEDEIROS, M.P; NASCIMENTO, R. V.; GALVÃO, V.K. Dique-Estrada: desvendando os impasses para o desenvolvimento nas comunidades da lagoa Mundáu-Maceió-AL. Revista de Desenvolvimento Social. Nº 21.01, 2017.

RAZETO, Luis. Economia Popular de Solidaridad: identidad y proyecto en una visión integradora. Santiago: Programa de Economía del Trabajo, 1990.

RAZETO, L. O papel central do trabalho e a economia da solidariedade. Revista Proposta. Rio de Janeiro, n.75, p.91-99, 1997.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Primeira Edição, 2002.

TAUILE, J.R.; RODRIGUES.H. Economia solidária e autogestão: a criação e recriação de trabalho e renda. Revista Mercado de Trabalho. IPEA, 2004.

WANDERLEY, A.D.P.; MENDONÇA, A.G.R.; OLIVEIRA, L.C.; FIGUEREIREDO, I.M.; BATALHA, L.T.; BOTERO, W.G. COMPLEXO ESTUARINO LAGUNAR MUNDAÚ-MANGUABA: CARACTERIZAÇÃO DA MATÉRIA ORGÂNICA NATURAL E INTERAÇÃO COM ÍONS Hg. Revista Química Nova. Vol.43, nr. 2 São Paulo, fev. 2020.

Submetido em abril de 2021

Aceito em agosto de 2021